

INFORMATIVO **bancário**

Leia nesta edição

**Sindicato convoca
associados para
assembleia dia 18**

Página 3

www.bancariosdf.com.br

Brasília, 14 de dezembro de 2012

Ano 18 - Número 1.312



BB REJEITA MEDIÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PROCURADORIA

Intransigente, Banco do Brasil se recusa a rever suas práticas antissindicais contra os bancários que participaram da última greve e contra aqueles que buscaram a Justiça para fazer valer seus direitos.

Página 4

SINDICATO TEM VITÓRIA NO TST EM AÇÃO COLETIVA DE 7ª E 8ª HORAS CONTRA O BB

Tribunal aceita recurso da entidade relativo ao direito de representar os bancários comissionados de uma diretoria do banco.

Página 4

**SINDICATO DOS
BANCÁRIOS DE BRASÍLIA**



“

***Não é pedir demais: Quero
justiça, quero trabalhar em paz.
Não é muito o que lhe peço,
Eu quero um trabalho
honesto em vez de escravidão.***

”

Renato Russo

CAIXA ABRE NOVAS AGÊNCIAS, MAS PIORA CONDIÇÕES DE TRABALHO

Página 3

MAIS UMA VITÓRIA DO SINDICATO NA DEFESA DO BRB PÚBLICO

Página 2



SANTANDER: PROCURADORA QUER EXPLICAÇÕES SOBRE DEMISSÕES EM MASSA

Em audiência no Ministério Público do Trabalho na quarta 12, a procuradora regional do Trabalho da 10ª Região, Ana Cristina Tostes, cobrou do Santander explicações sobre as demissões em massa que o banco vem promovendo.

Página 2 e 3

SINDICATO CONTRA O HORÁRIO ESTENDIDO NO ITAÚ

Página 3

Mais uma vitória do Sindicato na defesa do BRB público

No início da década de 90 existiam mais de 30 bancos públicos estaduais, dos quais restaram apenas o BRB e outros quatro: Banese, Banestes, Banpará e Banrisul. Mas isso não foi por acaso: houve uma grande luta pública em defesa da permanência do banco como patrimônio público, e o empenho diário e a dedicação incansável de seus trabalhadores e de suas trabalhadoras foram essenciais para a manutenção da instituição.

A luta contra os diversos ataques feitos ao BRB em governos anteriores também contou com a firme mobilização do Sindicato dos Bancários de Brasília e com o profissionalismo dos seus empregados, preservando assim o banco da privatização. Mesmo assim, graves prejuízos foram causados à instituição, repercutindo na economia do Distrito Federal e no conjunto dos clientes e usuários do banco. Essa estratégia dos governos anteriores visava ao enfraquecimento do banco. Um ponto em comum sempre foi a escolha de dirigentes sem qualquer compromisso com o interesse público e com a prática da boa gestão corporativa. Dirigentes muito comprometidos politicamente, independentemente da capacitação técnica, autorizaram muitas operações financeiras apenas com base em critérios políticos ou de relações pessoais.

No programa de governo do então candidato Agnello Queiroz, com o apoio de parlamentares, foram incluídos pontos programáticos sobre o BRB. Após a posse do governador, a gestão do banco, contando com a presença de dirigentes de carreira na governança corporativa e nos negócios e serviços, apresentou resultados positivos. Primeiro, em 20 de dezembro de 2010, Agnello anunciou Edmilson Gama da Silva à presidência do banco com a meta de ampliar a carteira de clientes além da folha de pagamentos do GDF, para fortalecer a instituição e buscar a administração dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Em 11 de novembro de 2011, a direção do Sindicato manifestou surpresa ao receber, pela imprensa, a comunicação da mudança na presidência do BRB para o comando de Jacques de Oliveira Pena. Outra vez, o Sindicato pediu a reafirmação dos compromissos assumidos. A troca, no entanto,



Os diretores do Sindicato Eduardo Araujo (esq.) e Antonio Eustáquio no Bacen

não interrompeu o processo de expansão do banco iniciado com Edmilson. Houve lucro recorde de R\$ 115 milhões no primeiro semestre deste ano, o crescimento de mais de 30% no crédito geral e a apuração da maior rentabilidade patrimonial entre os bancos médios.

Em outubro deste ano, todavia, sem qualquer justificativa clara, o governador propôs uma terceira mudança na presidência do BRB, indicando Abdon Henrique, ex-tesoureiro de sua campanha ao governo, para substituir Jacques Pena.

O Sindicato passou da surpresa para a profunda decepção, porque essa descontinuidade ameaçava os avanços recentes. A instabilidade no comando da instituição, além de comprometer a gestão, fragiliza o seu desempenho no mercado financeiro. A indicação de Abdon Henrique, empresário e seu amigo pessoal, sem qualquer experiência na área bancária ou no mercado financeiro, foi considerada uma afronta aos anseios da corporação e aos atores e profissionais historicamente comprometidos com o banco.

Em meio a essa turbulência, a deputada federal Erika Kokay (PT-DF) publicou nota afirmando que “ressalta no ar um clima de desrespeito, senão descaso com a história do BRB, sua importância para o DF e região, seus funcionários e clientes, sua situação e posição no mercado e no sistema bancário”. E o Sindicato esteve no Banco Central, onde protocolou documento apontando os motivos pelos quais entendia que a autoridade monetária do país, responsável pela homologação de nomes indicados para a gestão de empresas financeiras, deveria desaprová-lo

nome de Abdon para a presidência do Banco de Brasília.

O governador acabou recuando diante de toda a pressão e também da ameaça de veto à sua indicação pelo Bacen e apresentou outro nome para a presidência do BRB, agora do ex-dirigente do BB Paulo Evangelista, que foi aprovada pela CLDF na quinta-feira 13.

Independentemente de qualquer governo ou partido, o Sindicato sempre vai defender o interesse dos funcionários e o patrimônio público, que pertence a toda a sociedade. Nessa queda de braço com o governador, o Sindicato saiu vitorioso. Melhor para o BRB e para os seus funcionários.



Material do Sindicato aos trabalhadores em que defende o BRB e seus funcionários

Bancários colam para destino do super

A Contraf-CUT, federações e sindicatos retomaram na terça-feira 11 com a Caixa Econômica Federal, em Brasília, a reunião do Grupo de Trabalho Saúde do Trabalhador e iniciaram na quarta-feira (12) as discussões do Grupo de Trabalho Saúde Caixa, ambos previstos no acordo aditivo 2012-2013 assinado pelas entidades sindicais e o banco.

A Caixa apresentou balanço financeiro do Saúde Caixa. As projeções dos valores apontam para um superávit próximo a R\$ 70 milhões até 31 de dezembro de 2012, o que reforça que o Saúde Caixa continua sólido, com uma série histórica de superávit de cinco anos consecutivos. É preciso urgentemente definir o que será feito do fundo de reservas que deve chegar a R\$ 360 milhões até o final de 2012.

Tanto a Caixa quanto o movimento sindical têm acordo em relação à necessidade de se definir o destino dos recursos. Para isso, o tema já foi pautado para a próxima reunião do Saúde Caixa, com data a ser marcada para o começo de 2013, ocasião em que as partes deverão apresentar pro-

postas com esse fim.

“A proposta dos sindicatos é que os trabalhadores façam um levantamento de todas as demandas relativas a melhorias no plano. Os bancários podem enviá-las para a Secretaria de Saúde do Sindicato (saude@bancariosdf.com.br). Depois de relacionar estas demandas, os membros do GT deverão estabelecer uma ordem de prioridade que seja apresentada para um técnico, a ser contratado, de modo que faça um estudo e que oriente os empregados em forma segura como proceder a ampliação das coberturas e melhorias na estrutura do Saúde Caixa, sem colocar em risco o plano”, frisa Antonio Abdan, secretário de Saúde do Sindicato.

CURSO DE CIPA

No Grupo Saúde do Trabalhador foi debatido o curso de educação a distância para os designados da CIPA, uma conquista da Campanha Nacional 2012. Os empregados incluíram no aditivo que devem discutir com a Caixa o curso. O banco vai encaminhar ao movimento sindical o

MPT cobra do Santander informações

Em audiência de mediação no Ministério Público do Trabalho (MPT) na quarta-feira 12, em Brasília, a procuradora regional do Trabalho da 10ª Região, Ana Cristina Tostes Ribeiro, cobrou do Santander o detalhamento das demissões em massa que o banco vem promovendo em todo o país desde novembro. A audiência foi solicitada pela Contraf-CUT, que denunciou a instituição financeira ao MPT e cobrou dos seus representantes a suspensão imediata dos desligamentos e a readmissão dos trabalhadores. O Sindicato dos Bancários de Brasília também participou da audiência.

Mesmo confrontado com os números apresentados pelo movimento sindical, o banco negou que há demissões em massa e se recusou a negociar o can-



A diretora do Sindicato Rosane Alaby na audiência

celamento das dispensas e a readmissão dos trabalhadores, afirmando que “contratação e demissão são um ato de gestão do banco e é um processo normal dentro das empresas”. Para o banco, as demissões estão “dentro da normalidade”. Quanto aos

bram decisão rávit do Saúde Caixa

conteúdo ministrado hoje via Universidade Caixa, de modo que possa opinar. Os bancários farão uma leitura crítica tanto do conteúdo como da abordagem dos temas. O movimento sindical deve dar um retorno antes da próxima reunião.

PCMSO

Outra questão debatida pelo GT Saúde do trabalhador foi o fato de a Caixa ter assumido o compromisso de apresentação do relatório anual nacional do PCMSO. O banco realiza relatórios por unidade, mas não há um levantamento nacional que proporcione um mapa epidemiológico nacional, objetivo primordial da NR 7 do MTE, de modo que se possa traçar diretrizes e políticas de prevenção em relação aos tipos de adoecimento que afetam os empregados da Caixa.

Os representantes dos trabalhadores solicitaram ainda estatísticas sobre adoecimento dos empregados. Os bancários querem também informações sobre afastamentos registrados como auxílio doença comum e aqueles registrados como auxílio doença por acidente de trabalho.

CHECKUP E REEMBOLSO

O movimento sindical questionou ainda os impactos que terão no Saúde Caixa dois novos procedimentos implantados recentemente pelo plano: o checkup e o reembolso de medicamento de uso contínuo.

Segundo informação da Caixa, há comprometimento das receitas na ordem de 1,4% em relação ao checkup. Mas há uma contrapartida disso que é o fato de as pessoas deixarem de fazer uma série de exames aleatoriamente, concentrando tudo no checkup, o que representa uma economia. No longo prazo, a prática do checkup representará um ganho na qualidade de vida, impactando também positivamente. Mas tudo isso ainda é difícil de dimensionar.

Em relação ao reembolso de medicamentos de uso contínuo (que deve ser feito entre 50% e 80% do valor de medicamentos não fornecidos ou subsidiados pelo SUS), para 2012 o impacto é praticamente zero pelo fato de o programa ter sido iniciado em outubro e boa parte do reembolso incidir apenas no exercício de 2013.

Caixa abre novas agências, mas piora condições de trabalho

Os empregados da Caixa têm sofrido com a sobrecarga de trabalho e estresse diário com agências lotadas. A situação piorou com a política da empresa de abrir novas agências sem contratar o número suficiente de funcionários para atender a demanda. Só em 2012, foram inauguradas cerca de 300 novas unidades da Caixa em todo o país. A empresa divulgou que pretende ter mais 2 mil agências no Brasil até 2014, mas não se preocupa com contratações de novos empregados no mesmo ritmo.

“Mais contratações já eram necessárias antes mesmo da abertura de novas agências, já que faltam funcionários para atender toda a demanda. Com novas agências sendo inauguradas, a situação fica ainda pior. A Caixa tem que contratar rapidamente e colocar os novos empregados nas unidades com carência de pessoal”, destaca Wandeir Severo, diretor do Sindicato e representante da entidade nas mesas específicas de negociação da Campanha Nacional 2012.

Após pressão do movimento sindical e fruto da última Campanha, a Caixa se comprometeu a ter em seu quadro de pessoal 92 mil empregados até dezembro de 2012 (o que já foi atingido: já são mais de 93 mil), e de 99 mil até dezembro

de 2013. Na região do Distrito Federal, foram aprovadas 4.068 pessoas para o cargo de técnico bancário e até meados de dezembro foram admitidos 412 desses.

O Sindicato reivindica melhores condições de trabalho e mais contratações diante dos bons resultados da Caixa. A empresa teve lucro líquido de R\$ 4,197 bilhões no período de janeiro a setembro, crescimento de 17,7% em relação ao mesmo período de 2011. A instituição divulgou que esse é o maior lucro apurado em nove meses iniciais de ano. Informou também que aumentou a participação no mercado de crédito para 14,5%, aumento de 2,7 pontos percentuais em 12 meses.

Os empregados da Caixa também enfrentaram problemas por falta de estrutura adequada nas unidades de trabalho durante o ano. O Sindicato reivindica a troca dos elevadores do Matriz I e melhores condições para o trabalhador em várias agências do DF.

Apertados, antigos e pouco confiáveis, os nove elevadores do Matriz I, sendo um privativo para a diretoria, estão causando grandes transtornos aos milhares de empregados que trabalham no edifício. O problema é antigo, mas recentemente foi agravado por conta de

um vazamento de água, o que causou a interdição de dois equipamentos, fazendo com que os trabalhadores encontrem dificuldades para circular pelo prédio.

O Sindicato reivindica a troca dos elevadores por outros novos, já que a empresa apenas conserta as máquinas que em pouco tempo voltam a ter problemas no funcionamento. A entidade pediu providências para a Gerência de Filial de Logística em Brasília (Gilog).

Outra dificuldade que afligia os trabalhadores eram as agências em condições precárias de trabalho e atendimento. A temperatura elevada, que chegou a 30°, devido ao mau funcionamento do ar-condicionado, deixou esses locais insalubres.

A situação foi resolvida com a atuação do Sindicato e com embasamento em laudos técnicos em segurança do trabalho que apontaram o descumprimento da Norma Regulamentadora (NR) 17 do Ministério do Trabalho.

Os empregados da Caixa também devem denunciar ao Sindicato as condições precárias no trabalho. A identidade do bancário será mantida em sigilo. Para mais informações ligue 3262-9090.

es sobre demissões



cia do MPT

rumores de que haverá mais desligamentos (estariam previstos 5 mil), os representantes do Santander garantiram que isso não irá ocorrer.

No Distrito Federal, as demissões instauraram um clima de apreensão e insegurança entre os funcionários. Foram 26 demitidos em apenas um dia de dezembro. “Esse número representa mais do que o registrado durante vários meses de 2011. Está claro que houve demissão em massa. Essa situação deixa as pessoas trabalhando com medo. Além disso, alguns dos bancários demitidos na região do DF estavam de licença saúde, o que não é permitido por lei”, afirma Rosane Alaby, secretária de Imprensa do Sindicato.

Não ao horário estendido no Itaú

Em mais um Dia Nacional de Luta, os bancários do Distrito Federal voltaram a paralisar as agências do Itaú com horário estendido. A atividade, que contou com intensa participação dos trabalhadores e o apoio do Sindicato, fechou as 11 agências da região que funcionam dentro do novo modelo, dia 5 passado.

A implantação do horário estendido pelo Itaú em todo o país, feita de forma unilateral, sem ouvir os representantes dos trabalhadores, tem sobrecarregado os funcionários e causado consequências diretas no emprego, na jornada, na organização do trabalho e principalmente na qualidade de vida dos trabalhadores, além de fragilizar a segurança dos trabalhadores, clientes e usuários.

Além disso, o banco está discriminando os não correntistas ao permitir

somente que os clientes utilizem as agências com horário especial, o que é proibido pelo Banco Central.

O Sindicato defende a ampliação do horário de atendimento das 9h às 17h, desde que com dois turnos de trabalho, com mais bancários e respeitando-se a jornada legal de 6 horas.

O diretor do Sindicato Sandro Oliveira destacou que a categoria deve ficar unida e pressionar o banco com protestos e outras ações para que as negociações sobre o assunto tenham os resultados esperados. “O banco tem uma estimativa de lucro recorde de R\$ 17 bilhões em 2012, mas não valoriza os trabalhadores, nem a população que é discriminada com o novo modelo de atendimento. Somente a nossa luta pode reverter essa situação”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL PARA COMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília, com CNPJ sob o nº. 00.720.771/0001-53, por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os seus associados para participarem da Assembleia Geral Ordinária para Composição e formação da Comissão Eleitoral que, nos termos do artigo 81 dos estatutos sociais da entidade, coordenará e conduzirá o processo eleitoral de renovação dos mandatos da Diretoria e Conselho Fiscal, observado o Título IV dos estatutos sociais da entidade, que será realizada no dia 18 de dezembro de 2012, às 19h, em primeira convocação, e às 19h30min, em segunda e última convocação, em sua Sede, localizada à SHCS EQ. 314/315 Sul, Bloco “A” – Asa Sul, Brasília-DF, para discutir e deliberar acerca da seguinte Ordem do Dia:

1) Eleição dos membros da Comissão Eleitoral que coordenará e conduzirá o Processo Eleitoral para eleição da nova Diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília para o triênio 2013/2016, conforme artigo 81º dos estatutos sociais da entidade.

Brasília (DF), 13 de dezembro de 2012.

Rodrigo Lopes Britto
Presidente

Banco do Brasil rejeita mediação do Ministério do Trabalho e da Procuradoria

Em atendimento às denúncias formalizadas ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), após audiência com o ministro no dia 19 de novembro, o secretário de Relações do Trabalho, Manoel Messias, convidou o Banco do Brasil e o movimento sindical para uma mediação. Uma das denúncias expõe todas as práticas antissindiais que a direção do BB está promovendo contra grevistas, como cancelamento de férias, abonos etc. A outra critica a alteração dos normativos internos do BB para demitir ou descomissionar por "ato de gestão", em especial os funcionários com ações que cobram 7ª e 8ª horas extras, por conta da fraude trabalhista que a Gestão de Pessoas insiste em defender.

Considerando que a denúncia relativa às práticas antissindiais está sendo conduzida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), o foco da mediação passou a tratar dos descomissionamentos/demissões por perseguição aos funcionários que acionaram a Justiça para terem preservados seus direitos.

Como sempre, o BB se manteve intransigente durante a audiência de mediação no MTE com o Sindicato dos Bancários de Brasília e a Contraf-CUT, no dia 10 passado. O banco não apresentou nenhuma proposta e rejeitou qualquer possibilidade de acordo sobre os descomissionamentos arbitrários, demissões, jornada de 6 horas e o fim das perseguições aos funcionários.

Durante o debate sobre a retirada arbitrária das comissões dos bancários com sentença favorável nas ações de 7ª e 8ª horas, foram apresentados dados sobre o passivo trabalhista e a inércia do banco na resolução do problema e a interpretação equivocada que vem dando no cumprimento das sentenças, gerando novos passivos trabalhistas. O representante do banco apresentou suas razões e informou do seu compromisso, assumido na Campanha 2012, de implantar um novo plano de funções com adequação da jornada para alguns cargos comissionados.

"O que mais aflige os funcionários hoje é a possibilidade de descomissionamentos e demissões por ato de gestão. A maioria deles ganhou na Justiça as indenizações de 7ª e 8ª horas. A situação precisa ser resolvida e o banco se nega a discutir e apresentar para o movimento sindical o novo plano de funções que afeta a jornada legal", afirma Eduardo Araújo, diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília.

Os representantes dos trabalhadores destacaram durante a audiência que os descomissionamentos por ato de gestão são arbitrários e usados



Dirigentes sindicais e representantes do BB na audiência de mediação no Ministério do Trabalho dia 10

como meio de perseguição aos trabalhadores. O acordo aditivo com o BB garante que o bancário só seja descomissionado após três avaliações negativas consecutivas.

"Buscamos diálogo com o BB, mas ele tem continuado com as repetidas posturas antissindiais e de retaliação e ainda não negocia vários itens. Na questão da jornada legal mesmo, por exemplo, nunca discuti esse item com os trabalhadores. Essa falta de diálogo leva inúmeros bancários a procurarem seus direitos na Justiça", frisa o secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, Rafael Zanon.

Após ouvir todos os argumentos, o secretário Manoel Messias propôs ao banco antecipar uma discussão do novo modelo do plano de funções com o movimento sindical, antes da aprovação por parte dos órgãos reguladores. O representante do banco disse não ter autorização da direção para abrir negociação com o movimento sindical sobre o tema e que no cronograma de implantação há uma previsão de informar os sindicatos após aprovado o plano em todas as instâncias. O banco alega que a implantação do novo plano é uma prerrogativa administrativa exclusiva da instituição.

Também foi proposta na audiência que o banco suspendesse os descomissionamentos até 31 de janeiro, prazo que a empresa tem para implantar o novo plano de funções.

Não houve acordo em nenhum item proposto, assim como havia ocorrido na tentativa de mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT).

"O Banco do Brasil manteve sua postura intransigente e recusou a mediação. Da parte do movimento sindical, sempre procuramos a mediação. Tentamos buscar uma negociação há tempos, mas o banco insiste em não nos ouvir", destaca William Mendes, secretário de Formação da Contraf-CUT e coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB.

7ª E 8ª HORAS: VITÓRIA NO TST

Vitória dos bancários. Em acórdão unânime, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) aceitou recurso impetrado pelo Sindicato dos Bancários de Brasília referente ao direito de a entidade representar os funcionários comissionados de uma diretoria do Sede III do Banco do Brasil em uma ação coletiva de 7ª e 8ª horas.

Proferida no início de novembro, a decisão reverteu as sentenças anteriores, que não aceitavam a ação coletiva do Sindicato. Agora, o processo volta para a primeira instância para julgamento do mérito. A partir dessa decisão, a assessoria jurídica do Sindicato formará novos grupos homogêneos para ações coletivas sobre o tema.

"O Sindicato está tomando todas as medidas necessárias para garantir o direito dos bancários, seja na ação das 7ª e 8ª horas, seja contra as práticas antissindiais", afirma Eduardo Araújo, diretor do Sindicato e bancário do BB.

PRÁTICAS ANTISSINDICAIS E PERSEGUIÇÕES AOS GREVISTAS

Em relação às denúncias encaminhadas pelos representantes dos trabalhadores sobre a perseguição para a compensação das horas aos trabalhadores que exerceram neste ano o seu legítimo direito de greve, suspendendo férias, abonos e licenças, tanto o BB quanto o movimento sindical decidiram não tratar sobre esse tema no MTE, deixando essa discussão no âmbito do MPT, como já vem ocorrendo.

Em audiência realizada pelo MPT, no dia 3, o BB disse que poderia comunicar aos administradores que não se deve cancelar férias já autorizadas, mantendo o cancelamento para as intenções de férias, e que revogar a norma prejudicava o futuro em relação às próximas greves. Os sindicatos não aceitaram essa proposta, pois a escala de férias é definida em junho e as pessoas se programam, não sendo justo o cancelamento de intenção de férias de grevistas sem um motivo legal. Ou o BB mantinha as intenções de férias dos grevistas ou nada feito.

Então foi sugerido ao BB que alterasse o item 4.5.4 da IN 361, que dá margem ao banco para prejudicar férias, licenças e abonos dos bancários grevistas. O banco se manteve intransigente e recusou a proposta da procuradora de voltar atrás na decisão.

Antes do prazo dado pelo MPT para que o BB apresentasse uma solução, a direção do banco, além de não atender a demanda, soltou no dia 7 boletim insistindo e incentivando a prática de pressão e assédio, mostrando total desrespeito aos bancários, às entidades sindicais e aos órgãos públicos. De imediato, a Contraf-CUT protocolou no MPT o boletim que o BB fez e pediu para que o órgão abra procedimento investigatório contra o BB em razão da prática de improbidade administrativa da "Direção Executiva" do banco que assinou esse material. Também instou o MPT que promova ação civil pública para a preservação dos direitos individuais e homogêneos e dos direitos coletivos dos funcionários.

O procedimento investigatório não foi encerrado. E o Sindicato alerta que qualquer fato novo que ocorra após o dia 15 de dezembro (prazo final da compensação) deverá ser prontamente denunciado para que sejam tomadas as medidas cabíveis.